

Cartas de sátira e aviso: em torno dos folhetos *Malícia das mulheres* e *Conselho para bem casar* de Baltasar Dias*

Maria de Lurdes Correia Fernandes
Universidade do Porto

1. A identidade de Baltasar Dias – frequentemente referido como «poeta do povo», por contraposição ao «da corte», Gil Vicente – continua hoje confinada, no essencial, aos dados fornecidos pelo «privilégio» concedido por D. João III no Alvará de 20 de Fevereiro de 1537 que visava garantir que só ele pudesse mandar imprimir e vender as obras «que tem feitas e outras que espera de fazer»¹. Este mesmo privilégio indica ser Baltasar Dias natural da Madeira, cego e pobre, tendo como único meio de subsistência o lucro da venda das suas obras, algumas das quais, «asy em prosa como em metro», tinham sido «ja vistas e aprouadas e allguas dellas ymprimidas». O pedido de privilégio resultaria do facto de «ser homem pobre e nam ter outra yndustria pera viver por ho carecimento de vista» e de, aparentemente, alguns livreiros editarem e venderem as suas obras sem sua autorização e, portanto, também sem o seu proveito, o que indica que tais obras tinham já, em 1536-37, razoável aceitação pública para nelas buscarem lucro os livreiros de Lisboa.

Talvez essa qualidade de «poeta do povo» explique o relativo desinteresse com que, salvo algumas excepções, a crítica literária tem olhado as suas obras e as tem deixado pouco menos que esquecidas. Não vou questionar o papel de segundo plano que este autor tem no panorama teatral e poético do século XVI em Portugal, mas creio ser pertinente tentar chamar a atenção para alguns aspectos (nomeadamente, os que saem do âmbito estritamente teatral), aqui centrados sobretudo no seu *Conselho para bem casar* e, complementarmente, na *Malícia das mulheres*; talvez

* Este estudo beneficiou das condições propiciadas pela «Acção integrada Luso-Espanhola» sobre «A epístola nos séculos XVI e XVII», entre a Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a Universidade Complutense de Madrid, iniciada em Abril de 2003, sob direcção de José Adriano de Carvalho e de Victor Infantes.

1. Cito este «privilégio» a partir da transcrição feita por Venâncio DESLANDES, *Documentos para a Historia da Typographia Portugueza nos seculos XVI e XVII*, edição fac-simile da de 1888, Lisboa, IN-CM, 1988, 44-45, transcrição retomada por Teófilo BRAGA, *A escola de Gil Vicente e desenvolvimento do teatro nacional*, Porto, Liv. Chardron, 1898, 132-3 e por Alberto F. GOMES, «Introdução» a Baltasar DIAS, *Autos, romances e trovas*, Lisboa, IN-CM, 1984, 16. Estes dados são repetidos, quase sem variação, por todos quantos referem as obras de Baltasar Dias.

esses aspectos possam de algum modo contribuir para um retomar mais sistemático da atenção crítica em relação aos problemas de ordem simultaneamente cultural e literária que estes textos (e outros do mesmo tipo) colocam, e não só deste poeta e dramaturgo quanto de outros da mesma época, nomeadamente os que há já mais de um século Teófilo Braga enquadrou na (discutivelmente) chamada «Escola de Gil Vicente»².

É certo que há diversos problemas que, por enquanto, não podem ser ultrapassados e que se prendem com o quase desconhecimento do ritmo de produção e da edição/circulação dos seus textos no século XVI, quer por via oral, quer escrita (através do manuscrito ou do impresso). Se exceptuarmos o caso da história *Do Príncipe Claudiano*, de que se conhece um exemplar da edição de 1542 (que se guarda na Biblioteca Nacional de Madrid), os textos que hoje conhecemos deste autor chegaram-nos apenas através das edições do século XVII e XVIII. Assim se passa com o *Auto de Santo Aleixo*³, com o *Auto da Paixão de Cristo*⁴, com o *Auto da Feira da Ladra*⁵, com o *Auto delRey Salomão*⁶, com o *Auto de Santa Catarina*⁷, com o *Auto do nascimento de Cristo*⁸ com a *Historia da Emperatriz Porcina*⁹, com a *Tragedia do Marquez de Mantua*¹⁰, e com os dois textos (as suas «trovas») acima referidos, o *Conselho para bem casar*¹¹ e a *Malícia das mulheres*¹²; destes

2. Em especial António Ribeiro Chiado, Afonso Álvares e António Prestes (Teófilo BRAGA, *A escola de Gil Vicente*, esp. 55-129 e 246-289). Para a importância de uma revisão crítica das obras destes autores – melhor, destes dramaturgos – chamaram a atenção, de um modo especial, Maria de Lourdes BELCHIOR, «António Ribeiro Chiado e a Prática de oito figuras», in *Os homens e os livros. Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Editorial Verbo, 1971, 29-38, e Eugenio ASENSIO, «El teatro de Antonio Prestes. Notas de lectura», in *Estudios Portugueses*, Paris, F.C.G. – Centro Cultural Português, 1974, 349-380. Vejam-se também os estudos de Maria Idalina Resina RODRIGUES, «Santos em cena: ensinar, comover e divertir» e «*Auto de Sancta Bárbara*: a herança e os arranjos», agora reunidos na sua colectânea de estudos *De Gil Vicente a Lope de Vega. Vozes cruzadas no teatro ibérico*, Lisboa, Teorema, 1999, respectivamente, 147-189 e 191-211.

3. Limitando-me às edições do século XVII, conhecem-se referências às de Lisboa, por António Álvares, 1613, 1625, 1638 e *ibi*, por Domingos Carneiro, 1659 (que pertenceu à biblioteca de Fernando Palha); de Évora, por Francisco Simões, 1616, todas em 4º (Veja-se, além de Barbosa MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, reed. de Coimbra, Atlântida, 1965, tomo I, 446, e de Inocêncio F. da SILVA, *Dicionário Bibliográfico Português* (ed. facsimilada da de 1858), Lisboa, IN-CM, 1987, vol. I, 322-3, também João F. de Gusmão C. AROUCA, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVII*, vol. II, Lisboa, Biblioteca Nacional, n.ºs 58-62.

4. Lisboa, Vicente Álvares, 1613; *ibi*, por António Álvares, 1617 e por Jorge Rodrigues, 1633 e (s.i.) 1654 (B. MACHADO, *Bibliotheca...*, I, 446 e João F. G. AROUCA, *Bibliografia...*, n.ºs 47-50).

5. Referências a edições de Lisboa, António Álvares, 1613 e 1619, 4º (B. MACHADO, *Bibliotheca...*, I, 446 e João F. G. AROUCA, *Bibliografia...*, n.ºs 44-45).

6. Referências a edições de Évora, por Francisco Simões, 1612 e Lisboa, António Álvares, 1613, 4º (B. MACHADO, *Bibliotheca...*, I, 446 e João F. G. AROUCA, *Bibliografia...*, n.ºs 51-52).

7. Além dos exemplares conhecidos da edição de Lisboa, Domingos Carneiro, 1659, há ainda referências a edições de Évora, por Francisco Simões, 1616 e Lisboa, António Álvares, 1633 e 1634 (B. MACHADO, *Bibliotheca...*, I, 446, SALVÁ, vol. I, n.º 1223 e João F. G. AROUCA, *Bibliografia...*, n.ºs 53-58).

8. Impresso em Lisboa, por António Álvares, 1625, 4º (SALVÁ, vol. I, n.º 1221. Há referência a uma edição de Lisboa, por Domingos Carneiro, 1665, 4º (Barbosa MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, I, 438 e João AROUCA, *Bibliografia...*, n.º 63).

9. Impressa em Lisboa, por Domingos Carneiro, 1690, de que se conhece um exemplar na Biblioteca da Ajuda (B. MACHADO, *Bibliotheca...*, I, 446 e João F.G. AROUCA, *Bibliografia...*, n.º 69).

10. Conhecem-se exemplares das edições de Lisboa, Domingos Carneiro, 1664, 4º (SALVÁ, vol. I, n.º 1222), de Lisboa, na oficina de Domingos Carneiro, 1692 e de Évora, 1700 e há referências a edições de Lisboa (s.i.), 1633 e por Domingos Carneiro, 1665 (B. MACHADO, *Bibliotheca...*, I, 446 e João F. G. AROUCA, *Bibliografia...*, n.ºs 71-74).

11. Limitando também a referências a edições do século XVII, indico apenas aquelas de que existem exemplares em bibliotecas públicas ou catálogos de bibliotecas privadas: Lisboa, por Domingos Carneiro, 1659, 10 fls, texto a duas colunas (BNLisboa); Lisboa, Domingos Carneiro, 1680, 4º, 3 impressões diferentes (BNLisboa; Bibl. Ajuda; A.N.T.T.); Lisboa, por António Álvares, 1647 (SALVÁ, I, n.º 33).

12. Além da referência a uma edição de Lisboa, por António Álvares, 1640, existe um exemplar da edição de Lisboa, por Domingos Carneiro, 1659, 4º (4 fols, s.n., a duas colunas) na Biblioteca Nacional de Lisboa (Res. 4078 P.); Lisboa, Of.

últimos, as versões mais antigas hoje conhecidas e disponíveis publicamente datam de 1659, apesar de haver referências a edições anteriores (algumas delas em catálogos de bibliotecas privadas)¹³. Além disso, a versão que actualmente se conhece destes últimos textos pode não corresponder à que produziu Baltasar Dias. Seguramente, não corresponde à versão primeira, uma vez que o título das edições de 1647 e de 1659 diz: «Agora novamente *emendada, & acrescentada* por Balthezar Dias»¹⁴. Seja por razões de censura inquisitorial, seja por eventual auto-censura do autor ou de opção de desenvolvimento do seu texto original em função da aceitação pública, o certo é que estes folhetos de Baltasar Dias mantinham, nos séculos XVII e XVIII (e, talvez, no XIX), a sua graça ou o seu interesse junto de um público necessariamente diferente daquele que foi contemporâneo do autor.

Efectivamente, quase todos os textos (de que há notícia) de Baltasar Dias tiveram – e mantiveram – uma razoável aceitação pública nos séculos XVI, XVII, XVIII (e até XIX)¹⁵, pelo que se pode inferir da continuidade e regularidade editorial. Nos anos 40-50 do século XVII, João Franco Barreto testemunhava não só que este autor havia feito «muitas obras em verso, *que* andam impressas» e «varias vezes», mas ainda que «se imprimem cada dia»¹⁶. Mas..., para que públicos?

2. Os poucos estudos sobre Baltasar Dias – ao que sei, todos com cerca de 20 anos ou mais – acentuam o seu carácter *popular*, denunciando uma perspectiva excessivamente contrastiva com o *erudito* ou o *culto* nos séculos XVI e XVII. Como todos sabemos, esta dualidade está hoje relativamente ultrapassada, graças aos diversificados estudos das últimas décadas, tanto sobre o conceito de «cultura popular» e de «literatura popular» quanto, sobretudo, sobre os problemas da leitura, dos usos e circulação do livro (impresso e manuscrito), que têm chamado a atenção para a complexidade desta problemática¹⁷. De facto, a crítica filológica de outros países – nomeadamente, da vizinha Espanha – tem vindo (melhor, tem *continuado*), a par do estudo e valorização das «obras primas», a dedicar também à «literatura popular», aos «pliegos sueltos» (incluindo a «literatura de cego») dos séculos XVI e XVII uma atenção que talvez nos possa (ou deva) servir de exemplo. A circulação manuscrita de muitos textos, a transmissão oral dos mesmos, a sua fixação através da impressão em folhetos «de cordel» mereceram a atenção e os inovadores trabalhos de

de Manuel Fernandes da Costa, 1738 (BNL, Res. 974 P); Lisboa, Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1759, 4^o (BNL, desaparecido); Lisboa, *ibidem*, 1761 (BNL, desaparecido); Lisboa, Oficina de João António dos Reis, 1794 (BNL, L.3304 a); Barbosa Machado, Inocência, *Dicionário Bibliográfico Português* (ed. facsimilada da de 1858), Lisboa, IN-CM, 1987, vol. I, 322-3.

13. Como atrás disse, B. MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, I, 446 refere uma edição do *Conselho para bem casar* de Lisboa, Antonio Alvares, 1633, 4^o, e uma da *Malícia das Mulheres* (chamando-lhe *Auto*) de Lisboa, pelo mesmo impressor, 1640, 4^o; mas Salvá possuiu um exemplar da *Malícia de mulheres* e outro do *Conselho para bem casar*, ambos impressos em Lisboa, por António Álvares, 1647 (Pedro SALVÁ Y MALLÉN, *Catálogo de la Biblioteca de Salvá*, Valencia, Imp. de Ferrer de Orga, 1872, vol. I, n.ºs 33 e 35).

14. Sublinhado meu.

15. Veja-se a listagem (ainda que incompleta) que fez Teófilo BRAGA, *A escola de Gil Vicente*, 146-150.

16. João Franco BARRETO, *Bibliotheca Lusitana*, cópia do manuscrito existente na biblioteca da Casa de Cadaval, Biblioteca Nacional de Lisboa, vol. II, [fol. 269 r. e v.].

17. Um realce especial, até pelo relativo pioneirismo no espaço ibérico, merecem os vários trabalhos de M^a Cruz GARCÍA DE ENTERRÍA, em especial *Sociedad y poesía de cordel en el Barroco*, Madrid, Taurus, 1973; «De literatura popular», *Anthropos. Revista de documentación científica de la cultura*, n.ºs 166-167 (mayo-agosto 1995), 8-16 e «Pliegos de cordel, literaturas de ciego», in *Culturas en la Edad de Oro* (dir. de José M^a Díez Borque), Madrid, Editorial Complutense, 1995, 97-121. Roger CHARTIER, «Lectures, lecteurs et littératures populaires en Europe à la Renaissance», in A. PETRUCCI e F. M. GIMENO BLAY (eds.), *Escribir y leer en Occidente*, Valencia, Publs. del Seminario Internacional de Estudios sobre Cultura Escrita, 1995, 145-162. De referência obrigatória, apesar do seu carácter bem mais genérico, continua o ensaio de Julio CARO BAROJA, *Ensayo sobre la literatura de cordel*, Madrid, Revista de Occidente, 1969.

filólogos tão prestigiados como Antonio Rodríguez Moñino e, mais recentemente, de M^a Cruz García de Enterría, de Víctor Infantes, de Pedro Cátedra, entre outros, trabalhos que mostram, com profundidade e com rigor, como a circulação dos textos e as respectivas leituras se revestem de enorme importância para a compreensão da complexidade da produção poética e seu enquadramento cultural, incluindo a convivência da tradição e inovação poéticas no Renascimento e no Barroco.

Deste modo, a «literatura de cego» – como o são também, até literalmente, os autos e trovas de Baltasar Dias¹⁸ –, se se enquadra genericamente nos gostos ou contextos da chamada «literatura popular», também «se rige por vectores de fuerza internos que delimitarían esos mayores externos, que van desde su fisionomía puramente literaria, con sus peculiares condiciones retóricas y poéticas, su individualidad y, por tanto, originalidad que delimitarían – en el caso más extremo – pliego de pliego, y autor de autor, hasta la conformación de sus límites ya no sólo literarios, sino también sociales, culturales, acordes con una determinada manera de difundirse y arraigarse entre sus destinatarios»¹⁹. Esta afirmação de Pedro Cátedra, que sintetiza exemplarmente recentes abordagens do problema, mostra também a complexidade do fenómeno que, devidamente enquadrado, só contribuirá para uma melhor compreensão da riqueza da produção literária dos séculos XVI e XVII.

Mas em Portugal, como faltam estudos monográficos e, a partir destes, globais e sistemáticos da produção poética (e também em prosa) de circulação ou âmbito 'popular' nos séculos XVI e XVII, é ainda muito difícil compreender todo o alcance literário e cultural deste fenómeno, tanto mais que, apesar da ampla (e, logo, não precisa) definição de 'popular', todos sabemos que a diversidade dos textos obriga à consideração da sua relativa especificidade, o que aponta também para a necessidade de consideração da originalidade ou individualidade dos mesmos. E todos sabemos também que muitos deles colocam problemas importantes que se relacionam com a leitura (seja ela com a vista ou com os ouvidos)²⁰ de obras «eruditas» cuja compreensão por leitores menos 'cultos' sempre suscitou desconfianças, mas que merece igualmente ser estudada com alguma imparcialidade e, sobretudo, com maior sistematicidade.

Mesmo assim, aquele antigo pressuposto «erudito» tem, pelo menos indirectamente, contribuído para a desvalorização de muitos autores e muitos textos que, não podendo ser comparados com os (dos) grandes vultos da literatura portuguesa do mesmo período, merecem também atenção e estudo. A desproporção bibliográfica, por si só, fala de um modo bem eloquente. E, no entanto, muitos destes textos, circulando tanto por via escrita como oral, tiveram um forte impacto cultural no seu tempo, impacto que se projectou, como se disse, também nos séculos XVII e XVIII²¹ (e XIX) através de diversas edições em folhetos avulsos que, deste modo, foram também resistindo e sobrevivendo às transformações culturais e literárias ou, até, à maior «actualidade» de outros folhetos de temática política ou religiosa em momentos determinados.

Assim sucede com as obras de Baltasar Dias que acompanharam visivelmente um gosto epocal (mas de longa duração) que abarcou géneros e temas díspares, num vasto leque que vai da hagio-

18. O privilégio real de 1537 di-lo claramente «ceguo», referindo, como se disse, o «caricimento de sua vista» com base no pedido de privilégio do próprio Baltasar Dias.

19. Pedro M. CÁTEDRA, *Invención, difusión y recepción de la literatura popular impresa (siglo XVI)*, Mérida, Editora Regional de Extremadura, 2002, 103-4.

20. Sobre esta problemática veja-se, por todos, a colectânea de estudos de Margit FRENK, *Entre la voz y el silencio*, Alcalá de Henares, Centro de Estudios Cervantinos, 1997, esp. cap. II, «Lectores y oidores en el siglo de Oro», 21-38.

21. O século XVIII, nesta matéria, tem sido objecto de maior atenção e interesse. Uma síntese geral dos estudos sobre a literatura de cordel em Portugal pode ver-se em Diogo Ramada CURTO, «Littératures de large circulation au Portugal (XVI^e-XVIII^e siècles)», in *Colportage et lecture populaire. Imprimés de large circulation en Europe. XVI^e-XIX^e siècles* (Dir. de Roger Chartier e H.-J. Lüsebrink), Paris, Eds. Imec/ Maison des Sciences de l'Homme, 1996, 299-330.

grafia às novelas de cavalaria, passando pela poesia satírica e também pela «poesía que enseña»²² através de conselhos e avisos, mas que foi mantendo a sua vitalidade (também editorial) até muito tardiamente.

3. Todas estas questões de âmbito fundamentalmente teórico precisam, obviamente, em Portugal, de estudos e monografias parciais que reúnam e permitam articular as peças principais do vasto mosaico literário e cultural que enquadra tanto as especificidades quanto as relações directas e indirectas das distintas produções literárias quer nacionais quer europeias. Uma necessidade tanto maior quanto muitos géneros poéticos eram objecto de tratamento, simultaneamente, por autores eruditos e 'populares'. É o caso, por exemplo, da carta poética, um género que foi particularmente cultivado no Renascimento²³, tanto por importantes humanistas e poetas de corte, quanto por 'poetas menores' ou do 'povo' que as foram difundindo em «folhetos de cordel»²⁴.

Ora, tanto o *Conselho para bem casar* como a *Malícia das mulheres* de Baltasar Dias se apresentam sob a forma de carta a um 'amigo', ambas em quintilhas, forma estrófica tradicionalmente usada neste tipo de composições²⁵. As edições de 1647²⁶, de 1659 e de 1680 (pelo menos) do *Conselho para bem casar* incluem ainda no final um breve texto em prosa, uma *carta a hua senhora que queria aprender a ler*. Ora, esta brevíssima *carta* – que parece retomar o mesmo espírito (não a letra) de um texto similar de Juan del Encina²⁷ – pode não ser de Baltasar Dias, como pode não ser de Gonçalo Fernandes Trancoso que a incluiu na edição de 1575 dos *Contos e histórias de proveito e exemplo*²⁸. Por isso a não considerarei neste estudo.

A *Malícia das mulheres* abre com um exórdio que remete para um conselho anterior (oral ou escrito) de um «amigo»:

22. A designação é de Víctor INFANTES, «La poesía que enseña. El didactismo literario de los pliegos sueltos», *Criticón*, 58 (1993), 117-124.

23. Veja-se, em especial, Elias RIVERS, «La epístola en verso del Siglo de Oro», *Draco*, n.ºs 5-6 (1993-1994), 13-31, bem como vários dos estudos reunidos em *La Epístola. Actas del V Encuentro Internacional sobre Poesía del Siglo de Oro* (ed. de Begoña López Bueno), Sevilla, Universidad de Sevilla, 2000, com destaque especial, tendo em conta problemática aqui em causa, para o estudo de Francisco LÓPEZ ESTRADA, «La epístola entre la teoría y la práctica de la comunicación», *ibid.*, 27-60.

24. Sobre a sua variedade e tipologia e editorial em Espanha no século XVI vejam-se os artigos fundamentais de Víctor INFANTES, «Balance bibliográfico y perspectivas críticas de los pliegos sueltos poéticos del siglo XVI», in *Varia Bibliographica. Homenaje a José Simón Díaz*, Kassel, Reichenberger, 1987, 375-385; «Los pliegos sueltos poéticos: constitución tipográfica y contenido literario (1482-1600)», in *El libro antiguo español. I* (ed. de M^a Luisa López-Vidriero e Pedro M. Cátedra), Madrid, Eds. Universidad de Salamanca/ Biblioteca Nacional de Madrid/ Sociedad Española de Historia del Libro, 1988, 237-257; «La poesía de cordel», *Anthropos. Revista de documentación científica de la cultura*, n.ºs 166-7 (mayo-agosto 1995), 43-46 e «Los pliegos sueltos del Siglo de Oro: hacia la historia de una poética editorial», in *Colportage et lecture populaire...*, 285-298.

25. Veja-se, em particular, Nieves BARANDA, «Andanzas y fortuna de una estrofa inexistente: las quintillas dobles o coplas de ciego», *Castilla*, n.º 11 (1986), 9-36, além dos dados avançados por M^a Cruz GARCÍA DE ENTERRÍA, *Sociedad y poesía de cordel en el Barroco*, em particular «La métrica», 143-146. Sobre a frequência da carta em octosílabo, cf. J. Ignacio Díez FERNÁNDEZ, «Notas sobre la carta en octosílabo», in AA.VV., *La epístola*, 151-180.

26. Como se disse supra nota 13, existiram na biblioteca de Salvá: *Catálogo...*, vol. I, n.ºs 33 e 35.

27. Esta «carta a hua senhora que queria aprender a ler», embora com título muito aproximado, diverge textualmente (não no espírito misógino que lhe subjaz) do de Juan del ENCINA *a una dama que le pidió una cartilla para aprender a leer* (veja-se Juan del ENCINA, *Obras completas*, vol. III, Madrid, Espasa-Calpe – col. Clásicos Castellanos –, 1978, 8-11). Esta «carta a hua senhora...» vem transcrita por Alberto F. GOMES na «Introdução» a Baltasar DIAS, *Autos, romances e trovas* (introdução, fixação de texto, notas e glossário de Alberto Figueira Gomes), Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, 34-35.

28. Gonçalo Fernandes TRANCOSO, *Contos e histórias de proveito e exemplo*, edição fac-similada da impressão de 1575, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982, fl. 53v-54r, como já notou Anabela MIMOSO, *Os Contos e história de proveito e exemplo de G. Fernandes Trancoso*, diss. de Mestrado, polic., Porto, Faculdade de Letras, 1997, vol. I.

Senhor, o vosso conselho
 tão conforme ao meu desejo
 sempre por ele me rejo,
 porque ele é um espelho
 em que contino me vejo.
 Desejo de me casar
 para tomar meu estado;
 mas temo de ser casado
 porque os vejo queixar
 e viver em grão cuidado.

concluindo no final que

Vosso conselho mui são
 não cura minha ferida [...] ²⁹

Ou seja, se a *Malícia das mulheres* se apresenta como uma resposta ao conselho de um «amigo», o *Conselho para bem casar* é também dirigido pelo poeta a um «amigo» (outro poeta)³⁰ cuja «...fama pregoeira/ me faz esta vos mandar» e a quem o autor deseja «servir» – aparentemente (ou, pelo menos, retoricamente) respondendo a uma outra «carta» – e dar alguns «conselhos». Este jogo de respostas epistolares, ainda que parecendo apontar para uma remissão dos dois textos, não nos dá, contudo, nenhuma prova concludente sobre a relação directa dos mesmos ou da anterioridade de um deles em relação ao outro.

Os dois folhetos, respeitando as partes essenciais do género epistolar (então frequentemente confinadas à saudação e exórdio, exposição do assunto e conclusão ou despedida) e os pressupostos formais da sua criação (uma 'conversa' com um amigo ausente), são construídos em torno do tema da opção matrimonial, embora o façam de forma assumidamente divergente. De facto, parecem partir de enquadramentos e finalidades (pelo menos, retóricas) substancialmente distintas, apesar de se apoiarem na mesma questão de base, a opção matrimonial. A *Malícia das mulheres* apresenta-se como uma espécie de desculpa e justificação do poeta por não seguir o conselho matrimonial do «amigo», recorrendo aos tradicionais e amplamente difundidos argumentos misóginos que encontramos também em variados textos medievais, e tentando comprovar essa «malícia» com um pequeno *exemplum* inserido no corpo argumentativo.

O *Conselho para bem casar* apresenta-se em geral com um tom substancialmente mais sério, por vezes quase doutrinal, não só em favor da opção matrimonial, mas também dos critérios de escolha de uma «boa mulher», embora não faltem momentos satíricos ou, por vezes, de forte ironia.

Os dois folhetos têm sido sempre apresentados e interpretados como textos autónomos – assim o exigiam, aliás, as contingências tipográficas de folheto –, mas parecem, contudo, funcionar dualmente. Mas não será casual que, no ano de 1647, tenham sido ambos impressos por António Álvares e que, em 1659, tenham igualmente saído dos prelos de Domingos Carneiro estes dois folhetos de Baltasar Dias. E mesmo que não saibamos hoje se houve, da parte do autor, intencionalidade de complementaridade dos textos, eles têm-na na prática, embora tal facto não impeça a sua

29. Cito a *Malícia das mulheres* pela edição (a necessitar de revisão, nomeadamente nos seus critérios editoriais) de Baltasar DIAS, *Autos, romances e trovas*, 353-366. As passagens citadas encontram-se na p. 355 e 366.

30. Por isso diz: «Não a fiz pelo trovar/ essas trovas, que lá vê:/ que chegar ao vosso pé/ he querer secar o mar/ o qual impossível he» (*Conselho para bem casar*, Lisboa, 1659, fl. A1 v.).

autonomia, sob vários pontos de vista. Claro que, se conhecêssemos as primeiras edições destes folhetos, talvez pudéssemos encontrar-lhes significados culturais mais vastos. Como as não conhecemos, teremos, pelo menos de momento, que deixá-los de lado... Mas o facto de Baltasar Dias se ter ocupado desta problemática adoptando dois pontos de vista diversos – e até divergentes – é já por si de significativa importância, como tentarei mostrar. É, aliás, muito interessante notar que, na *Malícia das mulheres*, Baltasar Dias mostrou conhecer, obviamente de ouvido, autores e obras que debateram a mesma questão; de facto, é muito significativo que um cego deixasse as seguintes sugestões:

Em as leis podereis ler
 assim dizem os antigos
 [...]
 Marco Aurélio afamado
 falando dos casamentos
 dizia em Roma ao Senado
 [...]³¹

Se em Terêncio ler quiserem,
 acharão estes extremos
 aqueles que bem o lerem
 [...]
 Diz Cícero mui capaz
 no livro da Amicícia
 [...]
 Diógenes as apregoa,
 Ouvídio, outro que tal,
 dizem todos em geral
 [...]
 Muitos Doutores em Somma
 publicam bem com razão,
 em um livro de discrição
 dos Sete Sábios de Roma[...]³²

Evidentemente, estas referências tanto poderão resultar de leitura indirecta (que outros lhe fizessem) quanto do conhecimento de um património comum, de circulação oral, de referências a autoridades antigas e medievais. E mesmo a alusão a Marco Aurélio, que remete para a célebre obra de Fr. António de Guevara, era já nos anos 40 do século XVI de ampla difusão, sobretudo a partir das edições do *Relox de Principes* (1529)³³.

4. Tendo em conta que, como atrás se disse, a *Malícia das mulheres* retoma, sem novidades, argumentos misóginos tradicionais que encontramos em variadíssimos textos clássicos, medievais e do século XVI produzidos também por autores *cultos* (desde obras doutrinárias até textos satíricos e poesias de âmbito cortesão, como o mostram, por exemplo, muitas composições do *Cancioneiro Geral*), privilegiarei a análise dos argumentos do *Conselho para bem casar*, por o consi-

31. *Malícia das mulheres*, 355.

32. *Malícia das mulheres*, 364.

33. Veja-se, em especial, A. REDONDO, *Antonio de Guevara (1480?-1545) et l'Espagne de son temps. De la carrière officielle aux oeuvres politico-morales*, Genève, Droz, 1976, esp. 489 e ss.

derar culturalmente bastante mais «moderno», recorrendo sempre que necessário a alguns aspectos da *Malícia das mulheres*.

Os objectivos, o tom e a argumentação do *Conselho para bem casar* parecem revelar que este «poeta do povo» acompanhou ou soube «incorporar» – seja por efeito de gosto de época, seja por leituras que pôde fazer (melhor, que pôde ouvir, possivelmente por diversas vias) – aspectos do problema que era igualmente (e também mais «seriamente») objecto do debate humanista (e também moralista) em torno da defesa do casamento, debate que tentou abandonar a tradição medieval das (ironicamente) chamadas «alegrias do casamento» e preferiu privilegiar o método do conselho para *bem casar* e os critérios para o *bom casamento*.

De facto, este *Conselho* em forma de carta em verso debruça-se sobre todos os aspectos essenciais do tema que então eram tratados em diversos tipos de textos (incluindo os doutrinários). As primeiras décadas do século XVI foram férteis, como se sabe, na produção de textos relativos ao tema matrimonial, quase se podendo dizer que foi um dos temas humanistas por excelência, já que dele se ocuparam, em diversos e conhecidos textos, Erasmo, Luís Vives e outros importantes vultos da cultura humanista europeia. Aliás, significativamente, os colóquios *Vxor Mempsigamos* e *Proci et puellae* de Erasmo foram editados e circularam em impressões avulsas em castelhano, pelo menos, a partir de 1528³⁴. Mas foi também um tema que beneficiou de reescritas e desenvolvimentos de perspectivas doutrinárias anteriores, sobretudo por autores eclesiásticos, que assim asseguraram a continuidade e também a «actualidade» de um tema de forte relevância tanto cristã como moral e social³⁵.

No que diz respeito ao seu tratamento literário, a recuperação dos tópicos misóginos presentes numa vasta panóplia de textos de finais da Idade Média foi contrabalançada não só pela defesa do casamento como também pela revalorização da «boa mulher» e, conseqüentemente, pelo acento colocado na sua escolha, por contraposição à insistência no seus «vícios» (que marcou tantos textos de finais da Idade Média), embora estes continuassem a alimentar a ironia de muitos textos, como, aliás, o mostra bem a *Malícia das mulheres*, composição que, como se disse, também continuaria, ao longo dos séculos XVII e XVIII, a ser editada em folheto avulso, o que prova a sua receptividade junto de alguns tipos de público.

Curiosamente, esse texto desaconselhava o casamento acentuando os inconvenientes – em especial as «malícias» – da mulher, acabando por concluir pela opção da vida solteira masculina, uma vez que:

O homem que agora caza
sempre captivo há-de ser
da que lhe dão por mulher,
e ela há-de ter em casa
quem lhe ganhe de comer.
E pois que a liberdade
é preço que não tem par,
Senhor, esta é a verdade,
que me não quero cazar,
porque não tenho vontade³⁶.

34. Marcel BATAILLON, *Erasmus y España* (3ª ed.), México-Madrid-Buenos Aires, F.C.E., 1979, esp. 286-9 (e LII-LIIV) realçou pertinentemente os significados destas edições avulsas.

35. Desta questão me ocupei em *Espelbos, cartas e guias. Casamento e espiritualidade na Península Ibérica (1450-1700)*, Porto, Instituto de Cultura Portuguesa, 1995.

36. Baltasar DIAS, *Malícias das mulheres*, 366.

Por sua vez, e significativamente, o *Conselho para bem casar* começa com a dualidade solteiro/casado (com especial incidência nos perigos morais da vida do solteiro), retomando assim um pressuposto muito comum em textos de temática matrimonial da época, nomeadamente alguns do mais 'eruditos'. É o caso, por exemplo, do *Espelbo de Casados* de João de Barros, publicado em 1540, data que pode não estar muito distante da produção ou edição do *Conselho para bem casar*. Aliás, por coincidência ou não, os argumentos de base são, no essencial, os mesmos. Se para João de Barros a vida de solteiro é cheia de perigos (pois «o homem solteyro que Prigos passa de noyte e de dia: quando anda namorado em que por isso vem a cometer Prigos: Mortes: Furtos: Raptos: e outras muytas cousas...»³⁷) porque é vida sujeita à «perdida pertinacia dos Amores» que os fazem «perdidos e doudos que nam sabem parte de sy»³⁸, para Baltasar Dias,

Todo o que viva solteiro,
sem ter mulher recebida,
além de levar má vida,
nunca tem muyto dinheiro,
antes tem pena crescida.
Porque por força ha de ter
alguma a quem queira bem;
& aquele que a não tem
logo he lançado a perder,
com os males que lhe vem.
Porque se anda com enganoso,
hoje aqui, logo acolá,
logo o toma a ira má,
& lhe gasta os tutanos,
vede como ficará.[...]
Porque todos os que vemos,
que andaõ desta maneira,
por experiencia temos
que lá pela derradeira
em muletas os veremos³⁹.

Ora, nas primeiras décadas do século XVI, os debates em torno do casamento partiam quase sempre da sua contraposição ao celibato (fosse ele clerical ou não). Não por acaso, a dimensão polémica do *Encomium matrimonii* de Erasmo resultou da, pelo menos aparente, desvalorização do celibato, no quadro bem conhecido da defesa da possibilidade de salvação de todos os estados e da revalorização – pelo menos retórica – do sacramento do matrimónio⁴⁰.

Curiosamente, esta contraposição é também a que está na base do *Espelbo de Casados* de João de Barros que é formalmente composto por quatro partes, sendo a primeira, também significativamente, uma suposta *carta* de um *amigo* de Salamanca que recusa o casamento com base nos seus inconvenientes, maioritariamente constituídos pelos «vícios» da mulher, e sendo as outras

37. João de BARROS, *Espelbo de Casados*, 2ª edição, conforme a de 1540 (por Tito de Noronha e António Cabral), Porto, Imprensa Portuguesa, 1874, fl. XXVII r.

38. João de BARROS, *Espelbo de casados*, fl. XXVI v.

39. *Conselho para bem casar*, [fl. A1 v.].

40. Em especial na «Introduction» ao *Encomium matrimonii* de Erasmo in *Opera Omnia Desiderii Erasmi Roterdami*, t. V, Amsterdam-Oxford, North Holland Pub., 1975, 333-416. Igualmente, Augustin REDONDO, *Antonio de Guevara et l'Espagne de son temps...*, esp. 223 e ss.

partes uma outra espécie de carta de resposta do autor ao amigo defendendo a honorabilidade do casamento e dando-lhe, precisamente, conselhos para *bem casar*⁴¹.

Claro que os argumentos fundamentais do *Conselho para bem casar* de Baltasar Dias não iludem, em diversas passagens, a dimensão satírica que subjaz a vários aspectos do texto, cuja circulação terá sido fundamentalmente 'popular', dadas as características da edição em «folheto de cordel» e o uso da quintilha, de fácil memorização e adaptação musical. E por isso o tratamento dos diversos aspectos do problema adopta por vezes um tom satírico – ou, pelo menos, irónico –, atingindo em outras uma dimensão quase burlesca, como acontece quando se refere às consequências dos excessos do solteiro:

E estes quando se cazam,
lançam pelo mal, que trazem
sua mulher a perder,
que este he o bem, que lhe fazem
em vez de bem lhe fazer.
Porque este com suas fezes
a pobre mulher honrada,
passando cinco ou seis meses,
cuida delle estar prenhada
& pare males Francezes.
E vedes o que passará
a pobre com se curar,
o trabalho que terá
& a vergonha que averá
de ao chirurgiaõ se mostrar,
E mais ao mundo atrevido,
que vai ao pior intento,
naõ diz que foi do marido,
mas diz que mais de um cento
tem a pobre conhecido⁴².

Passando à opção pela vida matrimonial, as advertências que deixa são também, no essencial, as mesmas que apresentavam muitos dos textos doutrinários, incidindo sobre a sua ponderação, tendo em conta a indissolubilidade do casamento. Daí o conselho, cuja seriedade se aproxima dos textos assumidamente doutrinários ou educativos:

Por isso antes que cazes
bom amigo, & irmão,
diz o antigo rifam,
que olhes bem o fazes,
por que vivas sem paixão.
Que por força a has de ter
de te veres mal cazado,

41. A última parte intitula-se, aliás, «Quarta parte e final deste Tractado. Em a qual se poem doze declarações e Requesitos que se requerem pera que os Casamentos se façam bem e a seruiço de Deos e pera descanso e proueito dos Casantes» (*Espelho de casado*, fl. lIir.). Esta obra, como mostrou Eugenio Asensio («Les sources de l'*Espelho de casados* du Dr. João de Barros», in *Estudios Portugueses*, Paris, F.C.G.-C.C.P., 1974, 259-284), retoma (confessando-o) muitas passagens da *Sylva nuptialis*, mas também dela diverge em vários aspectos, como já pude notar em *Espelhos, cartas e guias...*, esp. 54-56.

42. *Conselho para bem casar*, A2 r.

sem poderes bem viver,
 & por isto este estado
 se ha de contento escolher.
 Porque a vida do cazado
 se fora estado eterno,
 disse hum homem avizado,
 que era peor que o inferno
 se não for bem acertado.
 Escolha quem quer cazar;
 contente-se com sua sorte,
 pois a não pode engeitar;
 & esta lhe ha de durar
 até que os aparte a morte.
 E veja por muytas vias
 primeiro se lhe está bem,
 para ter nele alegria;
 porque o estado que tem
 não he só por quatro dias.

Este conselho traz – e trazia sempre nos textos doutrinários da época –, inevitavelmente, os conselhos relativos à escolha da mulher, mesmo recuperando quase todos, senão todos, os principais aspectos de longa tradição misógina medieval, a começar pelos temas da formosura ou fealdade da mulher e da sua «fazenda» e dote:

Não queirais só formosura
 mas busque dote também;
 porque se esta o não tem,
 terá muito má ventura;
 & não no verá ninguém.
 Porque he muy arriscada
 formosura com pobreza
 em huma mulher cazada;
 & se lhe falta, desespera,
 verá a ser mulher errada.[...]
 Nem busqueis fazenda só
 sem honra, & sem formosura;
 porque se póde ter dó
 de quem tal vida atura
 na garganta com tal nó.[...]
 Pois se acaso não tiver
 um pouco de formosura,
 que ha o pobre de fazer?
 & quem tal vida atura
 melhor lhe fora morrer⁴³.

Estava, assim, pressuposto, o perigo de adultério e, conseqüentemente, da discórdia e da má vida de ambos, porque

43. *Conselho para bem casar*, A2 r.-v.

Busca logo outra fermosa
 com quem gasta quanto tem,
 & disto tanto mal vem
 que sua mulher de irosa,
 se faz má mulher também.[...]
 E desque se vê sem nada,
 deixa-a, & vai-se por ahi,
 de filhos bem carregada,
 que ha de fazer, a coitada,
 senaõ lastimar-se a si.

Também não deixa sem referência crítica o casamento desigual, em resultado ou em função de ambições familiares, porque muitos pais «por presunção» querem casar suas filhas «com criados de soão».

Por isso:

Muito tenho a maravilha
 que aqui neste Portugal
 já nenhum oficial
 quer cazar a sua filha
 com outro homem seu igual.
 Como tem quatro ceitis,
 logo buscam fidalguia.
 [...]
 Por isso toda a mulher,
 ou outra qualquer pessoa,
 que quizer ter vida boa,
 não caze contra querer,
 mayormente em Lisboa⁴⁴.

Também neste aspecto, este folheto de Baltasar Dias revela uma relativa modernidade, muito baseada na consideração de situações reais e nos critérios de prudência que estão na base dos «avisos» que deixa por entre as críticas ou observações irónicas. Mas também por isso não podia deixar de lembrar e avisar que nem sempre se deveriam respeitar algumas vontades, nomeadamente as «muito rigorosas» e «pouco virtuosas», ou seja, as do «amor carnal/ as que fazem tanto mal,/ que será grande perigo/este cazamento tal»⁴⁵.

Ou seja, o mesmo aspecto que alguma tradição medieval havia designado por «casamento por amores» – que, significativamente, como atrás vimos, também João de Barros abordou no seu *Espeelho de Casados* – fica esboçado através da consideração das suas consequências:

Daqui nascem os ciumes
 estes causaõ a má vida[...]

e por isso:

esta vontade perdida,
 que nasce dos maos costumes,
 é muy bem seja proybida.

44. *Conselho para bem casar*, A2 v.

45. *Conselho para bem casar*, A3 r.

Além disso, esses «amores» – tradicionalmente considerados tão pouco próprios da instituição matrimonial e, por isso, tão presentes na linguagem do amor cortês – não visariam mais que o desejo momentâneo ou passageiro, como também acentuavam outros textos de autores cultos que lembravam a sua falta de «razão», em resultado da excessiva «paixão» de imaturos jovens. A advertência contra os perigos desses «amores» retomava lugares comuns de uma linguagem que a poesia cancioneril havia amplamente explorado (e que os *Cancioneiros Gerais*, o espanhol e o português, exemplificavam com abundância). Mas quando se lembravam os perigos dos amores no seio (e sobretudo como causa de opção) da instituição matrimonial, as advertências assumiam um tom bem mais sério e crítico. Assim sucede, por exemplo, com o *Espelho de Casados* (1540) quando lembra as «fabullas» e «mentiras» que o solteiro «diz e manda dezer. quantos affagos Quantos offerçimentos. E o que pior he que as cuitadas Donzellas o creem muitas vezes: e lhe tomam palaura de lhe nam fazerem mal e nam lha cumprem. Assi como hum que jurou a huma de lhe nam tocar da çinta para baixo e depois atoulha nos pees»⁴⁶.

Não se afasta muito deste pressuposto Baltasar Dias quando adverte:

[...]
 que os homens, que agora saõ,
 juraõ mil vezes em vão,
 por cumprir seu apetito.
 Vendo a huma moça bella,
 nam deixaõ de lhe acenar,
 & olhar para a janella,
 isto para deshonorar
 & naõ por cazar com ella.
 Qualquer mulher ou donzela
 que estiver para cazar,
 ha se muyto de guardar
 que naõ falle da janella
 cos homens, que vé passar.
 E tambem de acenar,
 nem dar empreza a ninguem,
 inda que lhe queira bem,
 que destas cousas usar
 muyta deshonra lhe vem⁴⁷.

Ou seja, os conselhos – e a sua retórica – que quase todos os textos doutrinários davam relativamente ao gosto feminino de estar à janela, bem como ao uso 'comunicacional' – amoroso – das empresas (gosto aparentemente tão nobiliárquico...) são os mesmos que estas quintilhas difundem «ao povo» de Lisboa, como são os mesmos os avisos deixados às mulheres em geral:

A virtuosa mulher
 cumprelhe de ser honesta
 ver quando melhor fizer,
 falar quando convier,
 & não pode errar esta.

46. João de Barros, *Espelho de Casados*, fl. XXVII r.

47. *Conselho para bem casar*, A3 r.-v.

Convém á mulher dagora
temperarse no fallar:
& naõ ha muito de andar,
porque ir muitas vezes fora
faz a muitos mal cuidar

conforme lembra

hum mote ou cantiguinha,
que a muitos ouço cantar,
que a mulher, & a galinha
se perdem pelo andar⁴⁸.

A força do provérbio não impedia, contudo, o reconhecimento das excepções que se admitiam para as saídas «por necessidade» (especialmente toleradas nos casos das viúvas ou mulheres que tinham os maridos ausentes e não tinham meios para evitar as saídas)⁴⁹, necessidade que deveria, contudo, ficar patente tanto no «rosto» como no «trazer do vestido», para «que ninguém lhe ponha grossa/ no vestir, nem no calçar»⁵⁰.

Mas, no caso das donzelas «encerradas», além de deverem encobrir qualquer enamoramento,

Se algum homem vós mandar
cartas, trovas, ou averes,
naõ o deveis de tomar;
porque o discreto falar
vencem muito as mulheres.

E todos lembramos – muito provavelmente também os leitores (ou ouvintes) da época – como Inês Pereira desejava para casar um «homem avisado» que, além de tanger viola, fosse «discreto em falar»...⁵¹.

Mas como também referiam outros textos da época, retomando velhos tópicos,

... a nodoa na mulher
nam ha cousa, que a lave

lembrando e reafirmando a importância da boa fama feminina que devia ser protegida com a obediência e o recato, em oposição a qualquer desejo de liberdade. Por isso, ironicamente, Baltasar Dias lembrou que

48. Este provérbio e a sua explicação «moral» foram retomados posteriormente por fr. Aleixo de SANTO ANTÓNIO na *Philosophia moral. Tirada de algu[n]s Prouerbios ou Adagios, amplificados com autoridades da Sagrada Escrip[t]ura, & Douctores que sobre ella escrue[ra]m*, Coimbra, por Diogo Gomez de Loureiro, 1640, cap. XIII, 131-144: «Dos males, que nadem do pouco recolhimento, & muito atreuimento das molheres».

49. *Conselho para bem casar*, A4 r. Sobre esta questão permito-me remeter para estudos que publiquei anteriormente: «Viúvas ideais, viúvas reais. Modelos comportamentais e solidão feminina (séculos XVI-XVII)», *Faces de Eva*, n.º 1-2 (1999), 51-86 e «Ausência do marido e "des-governo" da casa na época dos Descobrimentos. Algumas imagens da literatura e da tradidística moral ibéricas», *Cadernos Históricos*, VII (1996), 79-94.

50. *Conselho para bem casar*, A3 v.

51. Gil VICENTE, *Farsa de Ines Pereira*, in *Copilaçam de totalas obras...*(introdução e normalização do texto de Maria Leonor Carvalhão Buescu), Lisboa, I.N.-C.M., 1983, vol. II, em esp. 432 («Porém, não hei-de casar / senão com homem avisado, / ainda que pobre pelado, / seja discreto em falar»). 438-9 («... eu sempre disse e direi, / mãe, eu me não casarei / senão com homem discreto (...)/ E saiba tanger viola...») e 445-6 («... Pode ser maior riqueza / que um homem avisado?»).

Há em Lisboa mulher,
 que se caza com marido
 de muito pouco entender
 porque não possa saber
 o que fazem escondido.
 Muitas que não tem razão,
 cazaõ com homens dispostos
 mais se prezam de bons rostos
 que de boa condição,
 as quaes vivem com desgostos⁵².

Como todos lembramos também, este mesmo problema terá estado na base da *Farsa de Inês Pereira* de Gil Vicente.

Neste vasto quadro de perspectivas cruzadas, fazia todo o sentido o recurso às advertências que visavam a escolha ponderada da vida matrimonial, com especial atenção para a escolha da mulher, atendendo não só às condições físicas e materiais, mas também, ou sobretudo, às morais. Uma análise global da evolução da tratadística matrimonial do século XVI, nomeadamente nas suas primeiras décadas, mostra bem como, da tradição medieval da desvalorização da vida matrimonial com base no acento colocado nas suas «cargas» (sendo uma das mais pesadas a própria mulher), se foi passando aos conselhos para a escolha da «boa mulher» – que, aliás, a mesma tradição misógina medieval sempre tinha salvaguardado, preferindo, contudo, a insistência nos «vícios» das «más» mulheres.

O pressuposto da importância de casar com «vizinho» ou conhecido – logo, também com o consentimento e aprovação dos pais, aspecto que tantas polémicas suscitou no século XVI – permite compreender o alcance da crítica que também faz Baltasar Dias:

A mulher, que he cazada
 com homem sem conhecer,
 qualquer mal que lhe vier,
 nam o deve ter em nada,
 pois ella o quiz escolher.
 Se lhe jogam as fazendas,
 ou lhe gastam o que tem,
 digo que fazem muy bem;
 porque quem busca contendas,
 contente-se pois as tem.

Mas a crítica tem um claro intuito de aviso e conselho à mulher, já que:

Ey dó de quem vejo ter
 consigo má companhia,
 mayormente de mulher,
 que esta morre cada dia,
 sem acabar de morrer.
 Porque homem, *que* mal caza,
 desabafa com o amigo;
 a mulher morre consigo,

52. *Conselho para bem casar*, A4 r.

& mais se nam sae de casa
 por mil partes, que nam digo.
 Isto se ha de tomar,
 quando o marido mesquinho
 nam a quer deyxar chegar
 â janella, nem fallar
 com vesinha nem vesinho⁵³.

Uma vez mais, é quase forçoso lembrar não só o encerramento de Inês Pereira pelo marido que ela imaginou «discreto»⁵⁴, mas também muitas referências em diversos tipos de textos, sobretudo de carácter educativo e doutrinário, que aludiam a situações reais de quase encarceramento da mulher por alguns maridos excessivamente ciumentos e desconfiados.

Mas neste caso o conselho de Baltasar Dias vai directamente para o marido, ao qual reconhece o direito de repreensão à mulher,

Mas este reprehimento
 nam no ha de ouvir ninguem
 nem o que em caza tem,
 por nam dar contentamento
 aos que lhe nam querem [bem].
 [...]
 Mas se ela he virtuosa,
 para que he ser reprehendida,
 com ciumes, & má vida,
 cousa he muy vergonhosa
 para pessoa sabida⁵⁵.

Também lhe não escapa o argumento dos casamentos «a furto» e «por amores» que havia sido objecto de tratamento tanto em textos jurídicos, doutrinários e poéticos medievais quanto em obras «eruditas» do século XVI (como é o caso, uma vez mais, do *Espelbo de Casados* do Dr. João de Barros). Gil Vicente também o abordou em vários autos, nomeadamente, na *Tragicomédia pastoril da Serra da Estrela*, através das falas de Caterina e de Felipa⁵⁶. Baltasar Dias retoma, nestas quintilhas, a mesma perspectiva, agora num tom de grande ironia, mas que tem por base a seriedade do problema:

Cuidam mulheres dagora
 que nam a y mais que casar,
 sem quererem atentar
 mal, que lhe vem cada hora,
 por nam saberem acertar.

53. *Conselho para bem casar*, A4 v. Lembremos novamente que Inês Pereira, na *Farsa* de seu nome, logo que casou com o escudeiro ficou totalmente privada de liberdade, por ordem do próprio marido: «Será bem que vos caleis, / e mais, sereis avisada / que não me respondais nada, / em que ponha fogo a tudo, / porque o homem sisudo / traz a mulher sopeada. / Vós não haveis de falar / com homem, nem mulher que seja;/ somente ir à igreja / não vos quero eu leixar. / Já vos preguei as janelas, / por que não vos ponhais nelas: / estareis aqui encerrada,/ nesta casa tão fechada,/ como freira d'Odivelas» (Gil VICENTE, *Copilaçam de totalas obras*, vol. II, 450).

54. Lembremos as palavras do escudeiro logo depois da boda: «[...] Vós não haveis de falar/ com homem, nem mulher que seja;/ sòmente ir à igreja/ não vos quero eu leixar./ Já vos preguei as janelas,/ porque não vos ponhais nelas,/ estareis aqui encerrada/ nesta casa tão fechada/ como freira d'Odivelas.» (*Farsa de Inês Pereira*, 255).

55. *Conselho para bem casar*,

56. Gil VICENTE, *Tragicomédia Pastoril da Serra da Estrela*, in *Copilaçam de totalas obras*, vol. II, esp. 228-232.

Contentaõse de quem quer:
 cazam a furto dos pays:
 estes cazamentos taes
 já vereis donde vam ter,
 se nisto bem atentaes.
 Vão-se cazar por amores,
 sem mais saberem com quem,
 nem as condiçoens tambem,
 elles são huns jogadores
 que lhe jogam quanto tem.
 Inda jogar nam he nada;
 porque ha hi ganhar, & perder;
 mas se luxuria tiver,
 esta despeja a pousada
 da coitada [da] mulher⁵⁷.

As conseqüências eram de todos conhecidas: as necessidades e a perda da honra andavam muitas vezes juntas, especialmente nos casos de abandono dos maridos que «... se vão de Portugal, / e estão lá dez, doze anos»⁵⁸. Se para algumas esta podia ser a ocasião de maior liberdade – como a que ansiava a «ama» do *Auto da Índia* de Gil Vicente –, para outras, especialmente as que «...em minio foram criadas,/ e não são acostumadas/ de ir vender à Ribeira», podia significar grande sofrimento ou trabalho. Mas, em uns e outros casos, o que ficava mais afectado era a sua «boa fama» que tão importante era para o respeito das mulheres e, conseqüentemente, dos casados e das famílias. Essa boa fama perigava mais quando as mulheres gostavam tanto de se «enfeitar», «que vendem até os vestidos, / por pintarem as queixadas». A crítica moralista também não falta neste texto:

Mulher vejo eu agora,
 que preza se de cazada;
 & anda mais enfeitada
 quando o marido vay fora;
 que quando está na pousada.
 Esta para que se enfeita,
 nem porque pinta o caraõ?
 & por isso tem razão,
 se o marido a engeita
 porque he de tal feiçaõ.

Pedindo castigo para tal «pecado», reconhece que

Naõ lhe he tanto tolhido
 á solteira encerrada
 trazer a cara pintada,
 porque quer aver marido
 & folga de ser amada.

57. *Conselho para bem casar*, [A5 r.].

58. Sobre a amplitude destas denúncias na época me ocupei em «Ausência do marido e (des)governo da casa na época dos Descobrimentos», art. cit.

Porém a mulher cazada,
 que o não ha de aver,
 porque quer bem parecer,
 cousa he muy estranhada,
 certamente a meu ver⁵⁹.

Nesta sequência, e com clara planificação retórica, passa para a escolha do marido e da mulher. Curiosamente, quando aconselha a escolha do marido, além de aconselhar «homem, que não vive mal/ & se for official,/ que lhe ganhe de comer,/ nam errará esta tal»⁶⁰, dirige-se às mães – talvez em função da frequência das ausências, por viagens ou então por morte, do pai –, lembrando a importância do critério dos bons costumes nessa escolha: «que não viva mal» e seja capaz de sustentar a sua mulher:

Portanto a mãy que tiver
 filha, olhe como a caza,
 porque lhe faço saber
 que melhor he tella la em caza,
 que tão mal cazada a ver⁶¹.

Para a escolha da mulher, o conselho vai directamente dirigido ao «amigo» a quem supostamente envia esta carta, lembrando o mesmo princípio que repetiam com clareza todas as obras que se debruçavam sobre o casamento e, mais concretamente, sobre a escolha da mulher: mulher virtuosa e de boa fama, mais do que rica, ao contrário do que seria comum:

[...]
 que agora qualquer solteiro
 mais quer soma de dinheiro
 que virtuosas donzelas
 [...]
 Como se acha enganado
 o que cazou assi já,
 desde que se vio, ó coitado!
 com o dinheiro gastado,
 e ficar a mulher má!⁶²

Retomando novamente o tema do casamento por amores para lembrar os seus perigos (já que «quem por amores se caza,/ sempre vive com dolor»⁶³), passa para um outro aspecto também presente e valorizado na tratadística matrimonial da época: a da proximidade de idades. Por isso adverte contra os riscos de:

Huns cazamentos profanos,
 vejo agora muy usados,
 os quaes trazem muitos danos,
 cazam velhos namorados
 com meninas de quinze annos.[...]

59. *Conselho para bem casar*, [A5 r.].

60. *Conselho para bem casar*, [A5 v.].

61. *Conselho para bem casar*, [A6 r.].

62. *Conselho para bem casar*, [A6 r.].

63. *Conselho para bem casar*, [A6 r.].

Muitas mulheres ha aqui
 de muy grande calidade,
 que cazam nesta cidade,
 com velhos mais que David,
 para lhe lograr a herdade.
 Saõ taõ fora de razão
 que cazaõ pelo dinheiro,
 com velhos da cor do chão,
 cuidando que morreram,
 & elas morrem primeiro⁶⁴.

O tom jocoso das quintilhas seguintes pretende traduzir o ridículo dos casamentos desiguais – denúncia presente em muitos outros textos da época⁶⁵ (e também posteriores⁶⁶) –, sobretudo se fundados em interesses materiais ou proveitos pessoais, incidindo na ideia do castigo terreno desses interesses, exemplificado no segundo casamento dessa viúva e na falta de respeito do segundo marido, no que é quase uma caricatura do «mau casamento» (e dos «mal casados») contra cujos riscos vinha advertindo a tratadística matrimonial – e tão bem tratado por Erasmo no casamento de Xantipe do colóquio *Uxor Mempsigamos* – em que o engano se castiga com o desprezo, em que o desprezo se vingava novamente com o engano,

E eis huma caza perdida,
 por má consideraçãõ,
 eis os desgostos na maõ
 & eis a honra offendida,
 perdida a opiniaõ.
 Eis o santo matrimónio
 da Igreja celebrado
 offendido, mal tratado,
 que onde cerra o demonio,
 todo anda mal concertado.⁶⁷

Deste modo, também este texto, pelo lado da ironia e da sátira a que não raras vezes vezes subjaz o conselho sério, se junta aos textos educativos e normativos – e *cultos* – que, lembrando os riscos dos maus casamentos em resultado da má escolha da mulher (ou, por vezes, do marido), acentuavam a importância da prudência do bom casamento para que reinasse a concórdia e a amizade:

Bemaventurado quem
 vive com sua mulher;
 & ambos vivem tambem,
 que o *que* hum quer outro quer,
 & nam os ouve ninguem.

64. *Conselho para bem casar*, [A6 v.].

65. Veja-se, em particular, o *Velho da horta* de Gil Vicente.

66. De que o exemplo mais conseguido é a novela *El celoso extremeño* de Cervantes.

67. *Conselho para bem casar*, 389.

Que Deos disto he contente,
& dos dous huma vontade,
que a Deos que seja sómente,
porque com esta amizade
vivaõ vida excellente.
E nam se engane ninguem
quando escolher a mulher,
nam se funde só no ter,
mas busque honra tambem,
porque ha a muyto mister.⁶⁸

Depois de fixados os critérios para lograr um bom casamento, era necessário também deixar alguns avisos relativos à escolha dos criados e, sobretudo, aos cuidados com os enganados das alcoviteiras que outras obras literárias, com *La Celestina* à cabeça, haviam deixado manifestos:

Guardaivos de alcoviteiras,
porque nunca são leais,
por mais bem que lhe façais,
são taõ falsas, & pregoeiras,
que sempre vos pedem mais.
Trazemvos falsos recados
de enganos que contrafazem,
tão enganados vós trazem
que de muytos confiados
tudo credes quanto fazem.[...]
E depois por derradeiro,
se dellas vos confiais,
digo que se vós vos achais
sem dama, & sem dinheiro,
isto he o que alcançais.⁶⁹

Os conselhos finais – que formam a conclusão da carta – voltam a reiterar os aspectos mais valorizados na tratadística matrimonial da época: que a escolha da mulher assentasse, sobretudo, na sua virtude, bons costumes e boa fama:

Naõ cazeis por gentileza,
com mulher fantesioza,
antes cazar com pobreza;
porque assas tem riqueza
a mulher, que he virtuosa.
E também, senhor, olhai,
primeiro que vos cazeis
da mulher que recebeis,
quem foy sua mãy, & pay,
por que muito acerteis.

68. *Conselho para bem casar*, 389-90.

69. *Conselho para bem casar*, [A7 v.].

Não vós cazeis pelos dons;
porque bem sabemos nós
que não será boa filha,
se os pays não forem bons.

E conclui, na quintilha e quadra finais:

E pois vós quereis cazar,
Para levar boa vida,
Tomay mulher conhecida,
Virtuosa, & singular,
De muito tempo escolhida.
E tendo vós tal mulher,
Vivireis muy descansado
Pois o desejais de ser
Para fazer seu mandado⁷⁰.

Ou seja, este folheto de cordel – que se supõe de circulação «popular» – inscreve-se claramente, pelos conselhos sérios que transmite de forma graciosa e por vezes irónica, na vertente epocal da «poesia que ensina»⁷¹ ao mesmo tempo que diverte, e cuja importância talvez mereça estudos mais sistemáticos que, por sua vez, permitam revalorizar as relações complexas e ricas da literatura e da cultura dos séculos XVI e XVII.

70. *Conselho para bem casar*, [A8 r.].

71. Víctor INFANTES, «La poesía que enseña. El didactismo literario de los pliegos sueltos», *Criticón*, 58 (1993), 117-124.

